

jornal da tarde

Publicação pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng. Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Governar o governo

Os três pronunciamentos públicos do presidente Fernando Henrique Cardoso depois de sua eleição em 3 de outubro passado — o discurso de despedida no Senado, de longe o mais denso e explícito deles, a fala de apresentação do Ministério e o discurso de posse, anteontem — são uma peça única, indivisível, e constituem um roteiro completo e acabado do que será a administração Fernando Henrique, de suas intenções e de seus compromissos e da forma como pretende cumpri-los.

A leitura atenta desses três documentos deixa claramente explícita a missão que se atribui o novo presidente, de tornar realidade “o sonho de um Brasil ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo”: governar o governo. No discurso de domingo, como nos dois anteriores, o presidente que tomava posse demonstrou que está convencido de que a função precípua do governo é governar o Estado, propiciando, assim, as melhores condições possíveis de infra-estrutura para que a sociedade desenvolva as suas potencialidades:

“Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois de longa estiagem.

“As raízes — as pessoas e empresas que produzem riqueza — resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Sairam mais fortes da provação.

“Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

“Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.

“Chegou o tempo de crescer e florescer.

“Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento

da economia. E vamos fazer.”

Nos três pronunciamentos, com mais ênfase nos dois primeiros e menos no de posse, há enunciados bem explícitos das mazelas do Estado brasileiro e das correções que precisam ser feitas. E, no mesmo dia da posse — e, até mesmo antes dela, pois desde a eleição Fernando Henrique vinha influenciando as decisões mais importantes de Itamar Franco —, o novo governo já começou a agir. Estão nesta linha as intervenções do Banco Central no Banespa e no Banerj, a medida provisória, assinada minutos após a posse, reorganizando o organograma de administração federal, já com o fechamento de dois ministérios e a extinção da LBA, primeiro passo para uma reforma administrativa mais ampla e mais profunda; e os trabalhos de revisão — para cortes — do Orçamento de 1995 já iniciados pelo ministro do Planejamento José Serra e sua equipe.

O que o governo pode fazer nas atuais circunstâncias para segurar o déficit público, porém, é muito pouco. Uma prova está no pacote tributário editado por Itamar Franco nos últimos momentos de seu governo com aumentos no Imposto de Renda das pessoas jurídicas, como forma de compensar a perda de receitas com a extinção do IPMF a partir de 1º de janeiro. A grande reforma do Estado brasileiro só poderá ser feita em toda a sua extensão através da reforma constitucional, que vai depender do Congresso Nacional. O governo pode propor as mudanças, mas só os deputados e senadores podem torná-las realidade com seus votos.

Por isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso repetiu em seu discurso de domingo dois apelos que tem feito sempre que fala no tema: aos parlamentares para que realizem a reforma e à sociedade para que se mobilize pressionando o Congresso a aprová-la.

De outra forma, diz o presidente, “as boas intenções morrem nos discursos”.